REQUERIMENTO Nº

. DE 2010

(Do Sr. Jovair Arantes)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Defesa sobre o orçamento fiscal e faturamento da Infraero nos anos de 2007 a 2009 bem como informações pormenorizadas sobre os investimentos, custeio e obras realizadas nos aeroportos administrados no respectivo período. Solicita também informações sobre a aplicação e o destino do valor arrecadado pela cobrança de tarifa de embarque.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art.50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Defesa pedido de informações sobre o orçamento fiscal e o faturamento da Infraero durante o período de 2007 a 2009, bem como sobre a aplicação pormenorizada dos referidos recursos, em especial, sobre os investimentos, custeio e obras realizadas nos aeroportos administrados durante o mesmo período e, finalmente, sobre o destino e a aplicação dos valores arrecadados a título de tarifa de embarque.



JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento visa a obtenção de dados oficiais a respeito do orçamento fiscal, faturamento da Infraero bem como sobre a aplicação pormenorizada dos recursos arrecadados, inclusive a tarifa de embarque, tendo em vista sobretudo o investimento, custeio e obras nos aeroportos administrados pela empresa.

O requerimento justifica-se devido à situação confusa dos aeroportos nacionais. Com freqüência, os passageiros são vítimas de desconforto de todo tipo, atrasos no tempo de check-in, atrasos no desembaraço de bagagens, filas intermináveis, falta de informação, falta de vagas nos estacionamentos e falta de cordialidade com os passageiros aflitos. A falta de investimentos em infra-estrutura para lidar com o crescimento do setor aéreo é evidente.

Verifica-se no aeroporto de Guarulhos que, nos horários de pico, a demanda excede em 50% a capacidade dos terminais. Os passageiros são obrigados a enfrentar filas, que chegam a demorar cerca de duas horas, tanto no check-in quanto no desembarque internacional. O aeroporto permanece desconfortável, sujo, repleto de filas e mal iluminado. Os banheiros não são conservados limpos. A terceirização do serviço de passaporte só piorou o atendimento. O crescimento vertiginoso do número de viajantes não foi acompanhado por obras de infra-estrutura imprescindíveis ao bom funcionamento do aeroporto.

O Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – o SNEA – divulgou estudo recente destacando a situação deplorável de sete dos doze aeroportos que servirão às cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. O próprio Presidente da Infraero, Murilo Marques Barboza, salienta que o maior desafio não é a Copa nem a Olimpíada, mas o aumento ordinário da demanda de passageiros.

O BNDES estima que o setor de transporte aéreo crescerá no Brasil cerca de 7% ao ano, nos próximos quinze anos. Trata-se de estimativa conservadora, uma vez que, segundo a ANAC, o tráfego aéreo doméstico cresceu 17,4% apenas em



2008. A situação dos aeroportos é agravada pelas sérias irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União nas obras dos aeroportos de Vitória, Goiânia, Macapá e Guarulhos. Ademais, as investigações da Operação Caixa Preta, realizadas pela Polícia Federal, apontam desvios de aproximadamente um bilhão de reais relativos a obras em vários aeroportos. Cabe perguntar se a Infraero está tomando providências concretas para prevenir as irregularidades apontadas pelo TCU nos próximos contratos.

Diante deste quadro, é adequado inquirir sobre o destino das tarifas de embarque. Os elevados valores obtidos pela tarifa de embarque não parecem ser revertidos em melhorias efetivas na qualidade dos serviços prestados pelos aeroportos. Em especial, o aeroporto de Goiânia tem sofrido com o atraso de obras necessárias e urgentes. Qual o planejamento da Infraero para investimentos e retomada das obras do aeroporto de Goiânia?

Inúmeros artigos publicados nos meios de comunicação têm questionado a capacidade de investimentos da Infraero para garantir que os aeroportos forneçam um serviço de qualidade para a Copa das Confederações, em 2013, e para a Copa do Mundo, em 2014.

O presente requerimento visa ainda obter explicações para o tratamento que a Infraero vem, nos últimos três anos, dirigindo à chamada aviação geral. Atualmente, a aviação geral brasileira é a segunda maior do mundo. São aeronaves de pequeno e médio porte que compõem a frota de aeronaves para uso de UTI aéreas, atividade agrícola, treinamento de pilotos e serviços especializados.

Nos últimos anos, a Infraero, contrariando o Código Brasileiro de Aeronáutica e os princípios de segurança e soberania nacional, vem adotando a prática de licitações irregulares de áreas destinadas à concessão de hangares, em que operam as empresas de manutenção de aeronaves. São empresas indispensáveis ao



apoio operacional e à segurança dos aviões.

Áreas ocupadas por empresas prestadoras de serviço público de garantia da segurança de vôo estão sendo esvaziadas. Empresas estão sendo dissolvidas, postos de trabalho, destruídos e a segurança de vôo, desprezada. Algumas áreas desocupadas acabam sendo abandonadas pela própria ineficiência da Infraero, avolumando

espaços ociosos nos aeroportos.

Solicita-se esclarecimento da Infraero sobre hangares desocupados há anos ao passo que nos mesmos aeroportos há hangares com empresas em pleno funcionamento sendo despejadas. Por qual razão no aeroporto de Brasília há mais de seis hangares desocupados por mais de cinco anos? Por que pedidos para locação dessas áreas são negados? Por que no Aeroporto de Goiânia, no Campo de Marte, em Cuaibá, em Fortaleza e em outros aeroportos administrados pelo Infraero, há hangares desocupados enquanto outros em pleno funcionamento, e que geram postos

de trabalho, vêm sendo alvo de despejo?

Resta questionar o motivo pelo qual a Infraero e as novas políticas adotadas pela ANAC visam desmantelar a estrutura de aviação civil existente no pais. Trata-se de setor que gera milhares de empregos técnicos e que proporciona o desenvolvimento acelerado de várias atividades comerciais, industriais, logísticas e agrículas

agrícolas.

Ante o exposto, esperamos que o requerimento de informações seja deferido e encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Defesa.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2010.

Deputado Jovair Arantes Líder do PTB